

## Resumo de Notícias

16/02/2016 - Sinttel-ES

# Sinttel abre campanha salarial 2016



O Sinttel-ES está convocando todos os trabalhadores e as trabalhadoras nas empresas BrasilCenter; nas prestadoras de serviço de telecomunicações e nos call center do Ciodes e da Ceturb para assembleias de preparação das pautas de reivindicações que serão levadas para a negociação com a direção da BrasilCenter; com o Seaces (Sindicato patronal das empresas que operam no call center do Ciodes e Ceturb e nas instituições públicas, onde prestam serviço as telefonistas) e com o Sinstal (sindicato patronal das empresas prestadoras de serviço no setor de telecomunicações).

As assembleias visam discutir com os/as empregados dessas empresas o que reivindicar diante da necessidade dos/as trabalhadores, avaliar a conjuntura e a disposição de mobilização, afinal a inflação está na casa dos dois dígitos, que quer dizer acima de 10%. E isso é muito ruim para quem ganha baixos salários como a maioria dos empregados nestas empresas.

A reivindicação central é reposição da inflação e aumento real nos salários e benefícios para acompanhar, no mesmo patamar, o reajuste do Salário Mínimo que aconteceu em janeiro. Passou de R\$788,00 para R\$ 880,00. Um reajuste de 92 reais. É preciso melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho, visando reduzir o adoecimento dos/as empregados/as.

### Atenção para as assembleias!

#### Telefonistas das instituições públicas e teleatendentes no call center do Ciodes e da Ceturb

Dia 17/02/2016 – às 10h, às 16h e às 18 horas  
Auditório do Sinttel-ES – (Rua Barão de Monjardim, 251 – Centro, Vitória, ES) Fica na rua do Parque Gruta da Onça.

Esta assembleia abre o processo de negociação das cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2017, ou seja ainda está em vigor, mas prevê que na data base sejam rediscutidos os reajustes salariais e nos benefícios.

#### Trabalhadores/as na BrasilCenter Telecomunicações

Dia 18/02/2016 , às 12 horas e às 14h30min.  
Cerimonial Tozzatto (Av. Saturnino de Freitas Mauro, nº 50 – P. de Itaparica – Vila Velha/ES). As negociações com a BC visam, ou não, renovar o Acordo Coletivo. Isso depende mais da resistência e coragem dos trabalhadores para lutar, do que o que a BC tem a oferecer, que sempre é muito menos do que os empregados necessitam e merecem.

#### Trabalhadores/as nas empresas Prestadoras de Serviço de telecomunicações

Dia 22/02/2016 às 18h30min.  
Auditório do Sinttel-ES – (Rua Barão de Monjardim, 251 – Centro, Vitória, ES) Fica na rua do Parque Gruta da Onça.

**A assembleia também vai autorizar o Sinttel a ingressar com dissídio coletivo, caso não se consiga negociar uma boa convenção coletiva.**



## Resumo de Notícias

### Para que servem os acordos e convenções coletivas?

Os acordos e convenções coletivas de trabalho são instrumentos legais que garantem reajustes salariais, benefícios e estabelecem direitos e deveres dos patrões com os empregados e vice-versa. Sem esses acordos, acredite!, a exploração seria muito maior.

É só olhar para uma categoria que não tem um sindicato forte. Todo ano, nas datas base (quando vencem os acordos e convenções), o SINTTEL discute com os trabalhadores as pautas com as reivindicações que devem ser levadas para a negociação com os empresários.

Só o sindicato pode representar os trabalhadores para negociar os acordos. Depois faz reuniões com as empresas e defende os reajustes salariais, as melhorias e necessi-

dades dos empregados.

Após, faz assembleias com os/as trabalhadores/as para avaliar as propostas dos patrões. Todo ano é assim.

Pelos patrões, os trabalhadores não teriam auxílio-creche, auxílio-alimentação (tíquete), assistência a educação especial, plano de saúde, atualização automática do valor do piso salarial quando este fica inferior ao salário mínimo. E a jornada de trabalho não seria de 8 horas (44 horas semanais) e também não seria de 36 horas para os teleoperadores e teleatendentes como se tem hoje. É nos Acordo e Convenções Coletivas que se estabelecem essas garantias, pois tem força de lei para a Justiça do Trabalho. E são conquistas dos sindicatos.

Se a empresa descumprir gera multa. E você deve denunciar quando ela despreza as regras.

### Acompanhe aqui os editais publicados no Jornal A Tribuna (Classificados)

**SINTTEL-ES**  

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo, **convoca todos os trabalhadores** empregados em **empresas prestadoras de serviços de telecomunicações no Espírito Santo**, filiadas ou não ao **Sinstal** (Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações), **para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede do Sinttel-ES, situado à Rua Barão de Monjardim, 251 - Centro, Vitória, ES no dia 22 de fevereiro de 2016 às 18:30 horas em primeira convocação e às 19:00 horas em segunda e última convocação, respeitando-se os quóruns legais e estatutários, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação**, com modificação ou não, da Pauta de Reivindicações previamente elaborada pela Diretoria do Sinttel-ES, para a negociação do Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017; **b) Outorga** de poderes à diretoria do Sinttel-ES para negociar e celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017; **c) Autorizar** a Direção do Sinttel-ES, em caso de impasse a instaurar dissídio coletivo, decretar greve total ou parcial da categoria e/ou tomar quaisquer outras medidas cabíveis nesta situação; **d) Transformar** a Assembleia Geral Extraordinária em Assembleia Permanente; **e) Discutir** e aprovar a contribuição assistencial prevista no Inciso IV do art. 8º da CF e alínea "e" do art. 513 da CLT.

Vitória (ES), 15 de fevereiro de 2016  
**Nilson Hoffmann** - Presidente do SINTTEL/ES

**SINTTEL-ES**  

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo, **convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras** que trabalhem como Operadore(a)s Telefonistas, Operadore(a)s de Telemarketing e de Teleatendimento, Operadore(a)s de Rádio Chamadas, Radio Operadores (as) bilingues e Telefonistas bilingues empregado(a)s nas empresas prestadoras de serviços, vinculadas, ou não, representadas ou não pelo **SEACES** (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo) para **participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, na sede do Sinttel-ES, situada na Rua Barão de Monjardim, 251 - Centro - Vitória - ES, em 3 (três) sessões, sendo a primeira às 10:00 horas, a segunda 16:00 horas e a terceira e última às 18:00 horas**, para deliberarem sobre a **seguinte ordem do dia: a) Aprovação**, com modificação ou não, da Pauta de Reivindicações previamente elaborada pela Diretoria do Sinttel-ES, a ser encaminhada ao SEACES para renovação das cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho 2015-2017; **b) Outorga** de poderes à diretoria do Sinttel-ES para negociar e celebrar o aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2015-2017 junto ao SEACES; **c) Autorizar** a Direção Sindical a instaurar dissídio coletivo, caso não obtenha êxito nas negociações; **d) Transformar** a Assembleia Geral Extraordinária em Assembleia Permanente; **e) Discutir** e aprovar a contribuição assistencial prevista no Inciso IV do art. 8º da CF e alínea "e" do art. 513 da CLT.

Vitória (ES), 13 de fevereiro de 2016  
**Nilson Hoffmann** - Presidente do SINTTEL/ES

3º edital -

[http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/02/Edital\\_sinttel-NA-12022016-BC.jpg](http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/02/Edital_sinttel-NA-12022016-BC.jpg)



## Resumo de Notícias

16/02/2016 - Sinttel-ES

# Sinttel publica Edital de Contribuição Sindical 2016

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Espírito Santo – SINTTEL-ES, Código da Entidade Sindical 914.009.021.08540-8 e CNPJ 28.166.668.0001-22, com base territorial em todo o Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao que determina o Art. 8º, inciso IV da C.F. de 1988, comunica às empresas de:

- **Telecomunicações e operadores de mesas telefônicas e telefonistas em geral, concessionárias de serviços de transmissão de dados em telecomunicações;**
- **Telecomunicações, operadores de serviços telefônicos fixos comutados locais e de longa distância;**
- **Prestadoras de serviços de telecomunicações móveis celulares e móveis pessoais, pessoa jurídica de direito público e privado que atue e tenha como atividade econômica às telecomunicações em geral;**
  - **Empreiteiras e prestadoras de serviços específicos de telecomunicações em geral;**
  - **Prestadoras de serviços de sistema de redes de telecomunicações que desenvolvam atividades similares ou conexas (atividade meio e atividade fim);**
    - **Instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações, empresas provedoras de internet, televendas e telemarketing, disque serviços, telerecados, telechamadas, teletendimento e call centers, específicos de telecomunicações, serviços troncalizados de comunicação e multimídia operados por empresas de telecomunicações, que realizam projetos,**

**construção, instalação, manutenção e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal de telecomunicações,**

Com abrangência territorial no Espírito Santo, a obrigação de descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de MARÇO de 2016 a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL devida pelos empregados, correspondente a um dia da respectiva remuneração, e recolhê-la em estabelecimento bancário (CEF ou lotéricas) até o dia 30 de abril de 2016, conforme dispõe o Art. 582 da CLT.

**AS GUIAS DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS, ATRAVÉS DA PÁGINA PRINCIPAL DO SITE: [www.sinttel-es.org.br](http://www.sinttel-es.org.br).**

As empresas deverão enviar ao Sinttel-ES (Rua Barão de Monjardim, 251, CEP 29.010-390, Centro, Vitória/ES), no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o pagamento, cópia da guia de recolhimento da contribuição sindical (GRCS), devidamente quitada, bem como relação nominal, discriminação (no verso ou anexo), dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, remuneração base para cálculo e valor descontado/recolhido, nos termos do parágrafo 20 do art. 583 da CLT, c.c a portaria nº 3.233 de 29/12/1983 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Edital foi publicado em A Tribuna, Classificados nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2016**

Link do edital:

**[http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/02/Edital\\_sinttel\\_AT-cont-sindical-16022016.jpg](http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/02/Edital_sinttel_AT-cont-sindical-16022016.jpg)**



## Resumo de Notícias

17/02/2016 - Carta Maior

# Os projetos entreguistas que dividem o Senado

**Gestados em ninho tucano, um propõe a privatização das estatais brasileiras e o outro quer entregar à exploração do pré-sal às multinacionais.**

Dois projetos de lei gestados em ninho tucano para entregar ao mercado parte do patrimônio público do povo brasileiro podem entrar na pauta de votação do Senado a qualquer momento, conforme o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), deixou claro na reunião de líderes desta terça (16).

O primeiro é o PL 555/2015, do senador Tarso Jereissati, que prevê a transformação de todas as estatais brasileiras em sociedades anônimas com ações ordinárias a serem disponibilizadas nas bolsas de valores. O outro é o PL 131/2015, do senador José Serra, que retira da Petrobrás a prerrogativa de ser a operadora única do pré-sal, abrindo às demais multinacionais a oportunidade de explorar o tesouro brasileiro.

Ambos os PLs fazem parte da Agenda Brasil, o conjunto de propostas para a dita retomada do crescimento do país que Calheiros apresentou no ano passado. Por constarem no pacote, os dois projetos tiveram tramitação em tempo recorde, o que comprometeu a qualidade do debate público. O PL-555 estava pronto para ser votado em apenas três meses, em regime de urgência. O PL 131 também foi construído a toque de caixa, mas perdeu o caráter de urgência devido a mobilização dos próprios senadores e dos servidores da Petrobrás.

### Estatais S.A.

O PL 555/2015, que tramita em regime de urgência a pedido do líder do PMDB, Leonardo Picciani, estava previsto para entrar em votação nesta terça (16) desde a semana que antecedeu o carnaval, mas no último momento o presidente Renan Calheiros o excluiu da ordem do dia. Segundo ele, alguns pontos polêmicos ainda precisam ser equalizados para garantir o sucesso da votação.

É que o grupo de senadores mais progressista da casa, liderado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou nesta segunda (15) uma proposta alternativa com o objetivo de minimizar os danos previstos pela proposta tucana. A proposta foi construída

com o apoio das centrais sindicais e representantes dos servidores das estatais brasileiras.

Pelo projeto de Jereissati, todas as estatais brasileiras terão que disponibilizar pelo menos 25% de suas ações ao mercado. No âmbito federal, isso significará abrir ao capital privado 131 estatais com capital 100% público e de vital importância para o desenvolvimento do país, como a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O PL também visa aprofundar a privatização das nove estatais federais brasileiras que já disponibilizam ações em bolsas: Petrobrás, BB, BB Seguridade, Basa, Bndespar, Eletrobrás, Eletropar, BNB e Telebrás. Em outras palavras, retira do Executivo brasileiro, eleito pelo povo como seu representante, a responsabilidade de administrar 140 empresas federais que têm ativos avaliados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em R\$ 4,5 trilhões.

O projeto tucano prevê ainda que apenas executivos de alta patente, com pelo menos 10 anos de experiência em cargos de chefia do mercado, possa ocupar assentos nos conselhos das estatais. Ou seja, reserva aos homens do mercado os principais cargos das estatais, criminalizando ocupantes de cargos públicos, cidadãos com filiação partidária, sindicalistas e até professores universitários e pesquisadores, que ficam impedidos de participarem do controle social dessas empresas.

A proposta alternativa apresentada pelo grupo de senadores propõe que apenas as empresas públicas que exerçam atividades econômicas tenham ações disponíveis para o mercado, assegura que a função social das estatais – 100% públicas ou não – seja atender prioritariamente aos interesses do povo brasileiro, e não aos do mercado, e abre a participação nos conselhos das empresas a representantes de setores diferentes da sociedade.



## Resumo de Notícias

### Pré-sal em mãos estrangeiras

O PL 131/2015 de Serra deixou de tramitar em regime de urgência em julho do ano passado, quando 49 dos 81 senadores assinaram um abaixo-assinado solicitando que o assunto fosse melhor discutido com a sociedade. Serra e Calheiros, entretanto, continuaram trabalhando para que a pauta fosse vista como prioritária para a retomada do crescimento do país.

Em socorro deles, entraram em campo as multinacionais do setor do Petróleo, como a Shell, que anunciou em coletiva, nesta segunda (15), sua disposição de explorar o tesouro brasileiro, caso o regime de partilha seja alterado. O presidente da Shell, Ben van Beurden, ainda ressaltou a importância da aprovação da proposta de Serra. “ Não vejo como isso não traria vantagem para o Brasil, traria mais capacidade de investimentos”, afirmou ao jornal Valor Econômico.

O maior jornal de economia do país, inclusive, vem fazendo campanha aberta pela abertura da exploração do pré-sal às multinacionais. Só nesta segunda (15), foram três matérias na capa da site explorando as supostas vantagens da mudança. Seu parceiro O Globo chegou a defender o tema em editorial, demonstrando a tendência geral da imprensa monopolista brasileira em abraçar a bandeira neoliberal tucana.

A visão que une mercado, mídia monopolista e PSDB, entretanto, não é geral. Em entrevista à Carta Maior em 17/7/2015, o consultor legislativo da Câmara, Paulo César Ribeiro Lima, especialista em petróleo, defendeu a manutenção da Petrobrás como operadora única do regime de partilha do pré-sal. Segundo ele, a mudança permitirá que as multinacionais se apropriem de uma renda que pertence ao povo brasileiro, em especial à saúde e educação.

“ Com este projeto, perde é o povo brasileiro, a receita social do país, a educação e a saúde. Quem ganha são as multinacionais que irão se apropriar dessa renda que o estado perde, e ainda com alto risco operacional”, afirmou. Leia mais em: Projeto de Serra transfere lucros do pré-sal dos brasileiros para multinacionais

Os trabalhadores da Petrobrás também rechaçam a proposta. Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, disse à Carta Maior, em 9/7/2015, que a categoria permanecerá mobilizada contra o projeto.

“ O principal argumento do Serra e dos defensores do projeto dele é que a Petrobrás não tem recursos em caixa para arcar com o pré-sal. Para quem não conhece a geopolítica do petróleo, é um discurso que soa bem, principalmente porque a empresa está envolvida em várias denúncias de corrupção. Mas esse discurso não está correto”, esclareceu.

16/02/2016 - CUT

## Aposentados ganham R\$ 636 a mais com fórmula 85/95

**Quem deu entrada no pedido usando a nova regra tem média de benefício mais vantajosa**

O jornal “ Agora SP” publicou nesta terça, dia 16, reportagem que mostra que as aposentadorias beneficiadas pela fórmula 85/95 têm valor, em média, R\$ 636,11 mais alto que as demais.

A 85/95 nasceu de um projeto que a CUT ajudou a construir em 2009, e que foi aprovada em 2015. Pelo decreto governamental que instituiu a nova fórmula, essa vantagem deve durar até dezembro de 2018, quando então entraria em vigor outra regra, que aumentaria a fórmula para 90/100.

A CUT defende que essa progressividade para 90/100 seja derrubada pelo Congresso Nacional, mantendo, portanto, a regra 85/95 permanentemen-

te.

A 85/95 é uma fórmula que permite aposentadoria calculada com base nos melhores salários dos trabalhadores, desde que a soma da idade e o tempo de contribuição atinja 85 para mulheres e 95 para homens. Assim: tempo de contribuição + idade = 85 (M) e 95 (H).

Outra batalha que se avizinha para a CUT e o movimento sindical é a proposta de reforma da Previdência que o governo Dilma promete apresentar ainda esta semana. A CUT é contra a retirada de direitos e o aumento de exigências como a idade mínima.



## Resumo de Notícias

17/02/2016 - Instituto Telecom

# Leilão de sobras: apenas 25% dos lotes arrematados do tipo C estão regulares

Menos de um terço dos lotes tipo C arrematados no leilão de sobras das frequências de 1,8 GHz, 1,9 GHz e 2,5 GHz, realizado pela Anatel em dezembro do ano passado, estão regulares. Foram 1.461 lotes (25,6%) adquiridos por 90 das 324 empresas que participaram do certame. Outros 4.279 têm vícios sanáveis e insanáveis – neste último caso, serão convocadas as empresas colocadas em segundo lugar, conforme informações passadas pela Comissão Especial de Licitação, na segunda sessão pública do leilão, ocorrida nesta terça-feira, 16.

Os lotes dos tipos A e B, arrematados pela Vivo, Claro, TIM, Nextel, além das pequenas TPA Participações, Ligue Telecom e Clivo Participações, foram declarados regulares e seguem para o processo de adjudicação e homologação pelo Conselho Diretor da agência. A perspectiva do superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, Vitor Menezes, é de que os contratos sejam assinados até junho.

A Anatel arrecadou R\$ 762,7 milhões com os lotes dos tipos A e B (FDD) e R\$ 89,9 milhões com os lotes do

tipo C, valor que deverá ser corrigido após o período de saneamento dos vícios e de convocação das segundas colocadas. Nos lotes para SMP foram vendidos 41 dos 89 dos disponíveis pelas operadoras móveis.

### CPF

Entre esta quarta-feira, 17, e quinta-feira, 18, toda a documentação das propostas poderão ser vistas na sede da Anatel. No caso dos lotes do tipo C, será aberto um prazo de três dias para interposição de recursos. Para os lotes dos tipos A e B, somente a Claro poderá entrar com recurso nesta fase, pois foi a única que não abriu mão do direito de recorrer das propostas de oferta. Nas fases seguintes, todas terão direito a recorrer, sempre no prazo de três dias.

Entre os vícios sanáveis encontrados nas ofertas pelos lotes do tipo C estão 20 adquiridos por pessoas físicas, que foram motivo de manifestação de empresas participantes. A Comissão de Licitação resolveu submeter o caso à procuradoria especializada da agência, antes de decidir sobre a validade ou não.

# Telefonia fica voltará a ser regulada pela Anatel

O novo Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), que define quais os mercados e que empresas devem ser regulados previamente pela Anatel, virá com mais novidades do que as previstas inicialmente.

A proposta da área técnica que já se encontra para avaliação da procuradoria da Anatel prevê, por exemplo, voltar a regular o mercado de telefonia fixa, que estava liberado há mais de três anos. Mas essa regulação não virá pela rede de acesso com a tarifa de interconexão (a TU-RL), disse hoje, 16, Carlos Baigorri, superintendente de Competição.

Segundo ele, a Anatel constatou vários problemas de relacionamento entre as grandes operadoras e as pequenas prestadoras de serviços para que pudessem ser transportadas as ligações feitas em diferentes regiões do país. Por isso, resolveu que vai regular o mercado de trânsito e transporte.

### TU-RL

Em relação à tarifa de interconexão, quando o conselho diretor entendeu, em sua reunião de fevereiro, que o PGMC atual não teria desregulado esse mercado, Baigorri disse que precisará formular uma proposta com base na nova decisão do conselho, ainda a ser estudada por sua equipe.

O novo PGMC, será submetido, de qualquer forma, à consulta pública.

### Pauta da semana

Nesta semana, a reunião da alta direção da Anatel está com uma pauta carregada, e tem, entre outras propostas, plano geral de metas de universalização (PGMC), contrato de concessão, a decisão sobre a reversibilidade dos bens e a proposta de criação de um valor de referência para a Anatel homologar as ofertas de atacado no Snao (sistema de oferta de atacado).